



CNE

COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

REESTATIZAÇÃO
DA ELETROBRAS,
JÁ

Florianópolis/SC, 02 de agosto de 2023

REUNIÃO COM A ELETROBRAS FOI UM “APAGÃO” E REAFIRMA O DESCASO COM OS TRABALHADORES!

No último dia 31/07, os representantes da coordenação do Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE e representantes de todas as bases das empresas que compõem o sistema, reuniram-se com o vice-presidente executivo de Gente, Gestão e Cultura da Eletrobras, José Renato Domingues, com o atual Gerente de Relações Trabalhistas e Sindicais da Eletrobras, Marcelo Ferreira e também com Fábio Amorim, que será o futuro Gerente de Relações Trabalhistas e Sindicais da Eletrobras.

O CNE reiterou seu descontentamento com a forma desrespeitosa com que a direção da Eletrobras vem tratando os trabalhadores(as), bem como seus representantes, principalmente no que concerne ao descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, ao assédio moral coletivo e às insistentes perseguições praticadas contra os representantes eleitos pelos trabalhadores. De forma incisiva, deixamos claro que caso a Eletrobras opte pelo diálogo, estaremos dispostos a dialogar, contudo não iremos aceitar a continuidade dos desrespeitos que levam somente ao confronto.

Isso posto, a Eletrobras, como de costume, não trouxe nenhuma novidade aos sindicatos. Pelo contrário: com argumentos frágeis, cinicamente, tentou nos convencer de que não estava descumprindo o Acordo Coletivo de Trabalho.

É tentar defender o indefensável, pois é claro e evidente que a empresa vem descumprindo o ACT e o compromisso assumido no TST. Sem contar os já citados assédios proferidos por alguns diretores da empresa que se acham mais “realistas do que o rei” e vêm, de forma vil, comunicando-se diretamente com os empregados, por meio de lives e com uma condução desrespeitosa, que beira o assédio, às deliberações sobre o destino de cada trabalhador.

Convém destacar que, em reunião com o CNE em 06/06, o VP de Gente, que pelas suas atitudes parece não gostar de gente, afirmou que a reestruturação da empresa estaria concluída e a nova configuração seria anunciada no dia 03/07, e que o PDV teria seu prazo de adesão até 31/07. No entanto, nada disso se concretizou, nem a reestruturação foi concluída (a última informação era de que a “virada de chave” seria no dia 10 de agosto), nem os trabalhadores tiveram oportunidade de conhecer a nova organização de trabalho antes de expirar o prazo de adesão ao PDV.

Na reunião de 31/07, José Renato Domingues, afirmou que as informações fornecidas ao CNE em 06/06 não foram cumpridas porque o Conselho de Administração da Eletrobras não acatou a posição da diretoria executiva e, para completar, a Eletrobras anunciou que, provavelmente, a divulgação da tal “virada de chave” dever ser adiada para meados de setembro devido a dificuldades de sistema, e



se até o final de setembro não estiver tudo ajustado, somente em 2024 será implementada a “virada de chave”, de forma a não comprometer a SOX.

Em repúdio, o CNE declarou que o cronograma vem sendo sistematicamente alterado sem a correspondente contrapartida para as decisões que os trabalhadores(as) precisam tomar. As lives realizadas pelo escritório de transformação e pela vice-presidência de Gente têm sido chamadas de “lives do terror”, devido à pressão que exercem sobre os trabalhadores(as), num cenário de absoluta falta de informações sobre a real configuração da Eletrobras ao final do processo de reestruturação.

O VP de Gente reforçou que as negociações não dependem de fato da diretoria executiva, haja vista que os prazos anunciados por estes gestores na reunião passada com o CNE foram alterados, por decisão do Conselho de Administração.

Ora, questiona-se: será que nas próximas reuniões, os sindicatos representados pelo CNE terão que reivindicar serem recebidos pelo presidente do Conselho de Administração?

Apesar da alcunhada “live do terror”, na qual trabalhadores(as) foram pressionados e amedrontados, ter sido gravada pela própria Eletrobras, e mesmo não tendo sido disponibilizada às entidades de representação, muito provavelmente devido às falas que configuram assédio moral e psicológico, a Eletrobras insiste em reafirmar que não está descumprindo o Acordo Coletivo do Trabalho homologado no Tribunal Superior do Trabalho.

O CNE se contrapõe a essa afirmativa, considerando que o próprio ACT, assinado após longo processo de mediação no TST, é autoaplicável, o que por si só impediria determinadas ações que estão sendo tomadas pela Eletrobras, como por exemplo, a apresentação de propostas de alteração salarial e de carga horária de trabalho que vem sendo feita aos empregados classificados como

hipersuficientes por força do desmonte da legislação trabalhista levado a cabo pelo governo Temer.

O CNE se posicionou fortemente pelo adiamento das demissões e pela imediata suspensão das práticas de assédio e intimidação.

Com relação ao CSC, mais uma contradição nas respostas dadas ao CNE em ocasiões diferentes: na reunião do dia 06/06, foi informado que embora o CSC seja sediado em Recife, após o período de treinamento e adaptação ao novo sistema, os trabalhadores poderiam ser enquadrados no home office e teríamos também trabalhadores(as) sendo mantidos nas áreas regionais. Nesta reunião, questionados, os gestores apenas informaram que “A questão do CSC requer a centralização por natureza, a premissa traz essa forma”, e informou que existirá a necessidade pontual de trabalhadores nas áreas.

Por fim, já sem a presença do VP de Gente, Sr. José Renato Domingues, que abandonou a reunião ao meio, o CNE reafirmou sua disposição para negociar e dialogar com a empresa, no entanto, na contramão dessa prerrogativa legal e constitucional, a empresa tem preferido comunicar e não negociar, motivo pelo qual reafirmamos a deliberação da assembleia de trabalhadores(as) pela realização da Greve de 72 horas, a partir do dia 9 de agosto, próxima quarta-feira.

Companheiros, sem mobilização será impossível deter esse desmonte que a atual gestão da Eletrobras tenta impor aos trabalhadores(as), excluindo a representação da categoria das decisões, retirando direitos, reduzindo salários e assediando os trabalhadores(as).

A greve é o único instrumento “legal” que temos para reabrir o diálogo na busca da manutenção dos nossos direitos e empregos!

Estejamos todos juntos nesta Luta!

Unidos somos uma Fortaleza!

